



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VOUZELA

BAIRRO DA SENRA, 3670-257 VOUZELA | ☎ 232 772 046 | FAX: 232 772 053 / 232 771 395

🌐 <http://www.aevouzela.net> | ✉ geral@aevozela.net

PROJETO EDUCATIVO



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VOUZELA

2019

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Caracterização do Meio	6
2.1. O Concelho de Vouzela.....	6
2.2. A sua História.....	7
2.3. Demografia/População.....	7
2.4. Aspetos Socioeconómicos	8
2.5. Ambiente	9
2.6. Educação.....	9
2.6.1. Rede Escolar	9
2.7. Cultura	10
2.8. Desporto	11
2.9. Turismo	11
2.10. Ação Social.....	12
3. Caracterização do Agrupamento	13
3.1. População Escolar/Alunos	13
3.1.1. Alunos com Necessidades Educativas / Inclusão.....	14
3.2. Sucesso Educativo	15
3.3. Recursos Humanos	15
3.3.1. Pessoal Docente.....	15
3.3.2. Pessoal Técnico e Técnico Especializado	16
3.3.3. Pessoal Não Docente	17
3.4. Recursos Físicos	17

3.5. Recursos Materiais	18
4. Princípios e Valores	19
5. Diagnóstico	20
5.1. Pontos Fracos a Desenvolver.....	20
5.2. Pontos Fortes.....	20
6. Projeto	21
6.1. Grande Objetivo	21
6.2. Objetivos Gerais/Finalidades	22
6.3. Estratégias	23
6.4. Metas.....	24
7. Avaliação.....	25
7.1. Avaliação das Aprendizagens dos Alunos.....	25
7.2. Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente	26
7.3. Avaliação de Desempenho do Pessoal Não Docente.....	26
7.4. Autoavaliação do Agrupamento.....	26
8. Disposições Finais	27
8.1. Avaliação do Projeto Educativo	27
8.2. Divulgação do Projeto	27
8.3. Entrada em vigor	27
8.4. Revisão do Projeto	27
9. Anexos	27

1. INTRODUÇÃO

O tema *educação* é tão velho quanto a humanidade e sempre foi matéria de profusa reflexão e produção teórica por parte dos *sábios*, desde a antiguidade clássica, sendo a escola sempre entendida como o lugar privilegiado para a transmissão e construção dos saberes formais, conducentes, a par com as aprendizagens não-formais veiculadas e apreendidas na vivência em família e na comunidade, à formação de cidadãos livres, emancipados, comprometidos e empenhados com a /na vida da *polis*. Platão defendia já uma educação escolar universal e pública, com vista à formação do caráter do indivíduo, em harmonia com os valores tradicionais e ideais da cidade. Para Sócrates, a educação visaria a reta conduta e a prestação de bons serviços à comunidade. Já Aristóteles foi dos primeiros helenistas a definir com rigor um currículo que incluía diversas disciplinas das artes e das ciências, com a produção de um corpo de conhecimentos devidamente estruturado e sistematizado para trabalhar na escola. Mas foi na Roma Antiga que foi criado o primeiro sistema de ensino oficial, centralizado e sob responsabilidade do Estado.

Nestes tempos, contudo, quer na Grécia, quer em Roma – para referir apenas os berços da antiguidade clássica - a escola não era para todos, sendo a educação formal um privilégio das elites. Hoje, a educação para todos é um direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (Artigo 26.º) e na Constituição da República Portuguesa (Artigos 43.º, 73.º e 74.º). A Lei Fundamental do estado português estabelece, no n.º 2 do Artigo 73.º, que *“o Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”*. Princípios e valores consonantes com o estabelecido na Lei de Bases do Sistema Educativo, que no n.º 4 do seu Artigo 2.º estipula que *“o sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho”*. E no n.º 5 afirma-se que *“ a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”*.

Sendo, pois, a Escola a principal instituição complementar da família – e não raras vezes também a substituta desta – na garantia do direito à educação e um dos pilares fundamentais da vida em sociedade, cabe-lhe a imensa e complexa *“... missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhe permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País.”* (Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Introdução). Num mundo em convulsão, povoado de ameaças e atropelos aos mais basilares princípios que regem as

sociedades de cariz humanista e democrático, persistente e arduamente erigidas após a assinatura, a 26 de junho de 1945, em São Francisco, Estados Unidos da América, da Carta das Nações Unidas, que estabelece: *“NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, DECIDIDOS: A preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade; A reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas; A estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; A promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade; E PARA TAIS FINS: A praticar a tolerância e a viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos; A unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais; A garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum; A empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos”* (in Carta das Nações Unidas, Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal); num mundo que atravessa *“um período em que o conhecimento científico e tecnológico se desenvolve a um ritmo de tal maneira intenso que a quantidade de informação disponível cresce exponencialmente todos os dias. Apesar de tantos avanços científicos, este século tem vindo a ser marcado pela incerteza, por debates sobre identidade e segurança e por uma maior proximidade dos riscos colocados à sustentabilidade do planeta e da humanidade”* (Perfil dos Alunos para o Século XXI, Nota Introdutória), não há lugar a dúvidas acerca da premente e desafiante tarefa reservada à Escola e aos seus profissionais.

O Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, que homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, diz sobre este que, sendo *“estruturado em princípios, visão, valores e áreas de competências, constitui, pois, um documento de referência para a organização de todo o sistema educativo e para o trabalho das escolas...”*.

Assim, o Projeto Educativo enquanto *“...documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada. (...) no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”* (Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Artigo 9.º, ponto 1., alínea a), deverá ser/será o espelho da forma como este Agrupamento, enquanto instituição com identidade própria – porque inserido num determinado contexto geográfico com características próprias de ordem social, económica e cultural, mas parte do macrocosmo Mundo que o acolhe e condiciona, pensa e usa a educação, no pressuposto dos preceitos e ditames legais a que está obrigado enquanto membro de uma comunidade alargada, mas também no âmbito da sua autonomia, e faz dela a força motriz que, sob a égide de quantos nele trabalham, aspiram à construção de uma sociedade justa, pacífica e solidária, com cidadãos livres, civicamente empenhados, responsáveis, autónomos, solidários e felizes.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

2.1. O CONCELHO DE VOUZELA

O concelho de Vouzela está integrado na Região Centro e na sub-região Viseu Dão-Lafões, da qual fazem parte os concelhos de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

Situado na Beira Alta, o concelho de Vouzela é denominado o “coração de Lafões”, ocupando uma posição central, com a largura máxima de 15 Km e comprimento máximo de 25 Km.

Pertence ao distrito de Viseu e localiza-se no extremo norte do sistema montanhoso da Serra do Caramulo, onde o rio Zela desagua no rio Vouga. Apresenta uma área aproximada de 193,69 km, com cerca de 10 564 habitantes (Censos 2011), distribuídos, segundo a nova reorganização administrativa do território, por 9 freguesias: Alcofra, União de Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, Campia, União de Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas, Fornelo do Monte, Queirã, S. Miguel do Mato, Ventosa e União de Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues.

O concelho de Vouzela faz fronteira com os concelhos de Oliveira de Frades (nas freguesias de Alcofra, Cambra, Campia e Paços de Vilharigues), de São Pedro do Sul (nas freguesias de Fataunços, Figueiredo das Donas, São Miguel do Mato e Vouzela), Viseu (nas freguesias de São Miguel do Mato, Queirã e Fornelo do Monte), Tondela (nas freguesias de Carvalhal de Vermilhas, Alcofra e Fornelo do Monte) e Águeda (nas freguesias de Alcofra e Campia).

Vouzela, apesar de se tratar de um concelho do interior, apresenta um razoável nível de acessibilidades, devido ao número de ligações interurbanas existentes, isto é, distancia-se 28 km de Viseu, 66 km de Aveiro, 98 km do Porto, 108 km de Coimbra, 153 km de Vilar Formoso e 309 km de Lisboa. É ainda relevante referir a sua localização privilegiada ao nível dos principais eixos rodoviários do país, com quatro nós de acesso à A25 (Vasconha – Queirã, Ventosa, Cambra e Campia) e dois nós de acesso ao IP5 (Vasconha – Queirã e Joana Martins – Ventosa).

O concelho de Vouzela caracteriza-se por zonas relativamente distintas:

- Zona sudeste, que se alonga no sentido Nordeste-Sudoeste e que apresenta um relevo acidentado onde predominam as cotas acima dos 800 metros e cujas encostas se estendem até aos 600 metros. Esta zona é rasgada por uma malha hidrográfica relativamente densa;
- Zona de relevo mais suave, com zonas aplanadas, que se situa abaixo dos 600 metros, localizando-se os principais vales abaixo dos 400 metros (Plano Diretor Municipal, 2011).

2.2. A SUA HISTÓRIA

Da Pré-História ficaram-nos antas, menires, mamoadas, grutas, cavernas, que o Professor Doutor Amorim Girão inventariou e estudou, e que jazem por serranias e montes.

Dos Romanos, ficaram-nos estradas, pontes, inscrições: resistiram cerca de dois mil anos, mas, no caso das vias, correm sérios riscos de serem deglutidas por necessidade de progresso e por incúria.

Dos Visigodos, talvez a aldeia de Alcofra, que em Árabe significava “os infiéis”, e que designava um núcleo Hispano-Visigodo, infiel ao Islão.

Dos Árabes, ficaram-nos topónimos, como Bandavises (Ben-dab-Ina); usos e costumes como as “noras” e as “cegonhas” de tirar água, açudes e numerosas lendas que povoaram o imaginário popular até aos nossos dias e que serviram de entretenimento nos longos serões das aldeias. É por demais conhecida a lenda de Figueiredo das Donas.

A Idade Média deixou-nos a Igreja Matriz, do século XII, em estilo Românico, castelos (torres), paços, pelourinhos. Alguns destes exemplares estão votados ao abandono.

Dos séculos XI, XII e XIII ficaram fontanários, igrejas, numerosos solares e capelas.

Sobre o concelho e Vila de Vouzela existe documentação escrita desde o século XIII (1258).

Em 1307, o rei D. Dinis concede-lhe o primeiro foral, ao instituir a “Feira Mensal”.

Em 1436, D. Duarte concede-lhe o segundo foral, criando o concelho de Lafões e colocando a capital em Vouzela.

Em 1514, o rei D. Manuel concede-lhe o terceiro foral que ainda hoje se encontra no Museu Municipal e do qual foi feita uma publicação, no ano de 1997.

Em 1836, o concelho é desmembrado e dividido entre S. Pedro do Sul e Oliveira de Frades, restando a Vouzela 12 das 44 freguesias iniciais.

2.3. DEMOGRAFIA/POPULAÇÃO

Em 2011, o concelho de Vouzela possuía 10 564 habitantes, sendo 52,35% do género feminino e 47,65% do género masculino. É ainda possível verificar que a freguesia com maior número de habitantes é Campia, representando cerca de 15% da população total do concelho; e aquela com menor número é Carvalhal de Vermilhas, com 2% da população do território.

Aquando da realização dos Censos 2011, não estava ainda implementada a reorganização administrativa autárquica de 2012, que levou à constituição de Uniões de Freguesias, tais como a União de Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, a União de Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas e a União de Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues.

Deste modo, e após o processo reorganizativo, a freguesia que regista um maior número de habitantes é a de Vouzela/ Paços de Vilharigues, e a que regista um menor número de habitantes é Fornelo do Monte, com 19% e 2,7%, respetivamente, em relação ao total da população residente no concelho.

Podemos concluir que a população no concelho tem vindo a diminuir ao longo dos anos.

Para apoio à população existe um Centro de Saúde, unidade moderna e funcional, embora desde 01/01/2008 tenha deixado de usufruir do serviço de urgência permanente para passar a funcionar das 8 às 24 horas – Consulta aberta. Possui quatro extensões espalhadas pelo Concelho – Alcofra, Cambra, Campia e Queirã.

O Centro de Saúde tem colaborado com a Escola no domínio da saúde escolar, nas seguintes vertentes:

- Saúde oral;
- Higiene;
- Alimentação;
- Ações de formação dirigidas a toda a comunidade educativa;
- Programa de Educação para a Saúde e Educação Sexual (PESES).

2.4. ASPETOS SOCIOECONÓMICOS

Na maioria das freguesias, grande parte da população está empregada no segundo setor de atividade, correspondente à indústria e energia. Contudo, nas localidades de Figueiredo das Donas e Vouzela, a grande massa da população encontra-se empregada no setor terciário - área social. Já na freguesia de Queirã, a maioria da população residente encontra-se a desempenhar a sua atividade profissional no setor terciário mas, desta vez, na sua vertente económica.

Verificamos ainda que o setor primário, correspondente à agricultura, é aquele no qual se encontra a trabalhar menos população em todas as freguesias, o que significa que esta tem deixado de ser a principal fonte de rendimento das famílias.

Em Vouzela, é no setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) que se concentra o maior número de empresas, tendo-se verificado um aumento do número das mesmas (150 em 2012, 234 em 2013). O mesmo acontece com o número total de empresas do concelho, que passou de 905 em 2012 para 980 em 2013. A crescente instalação de novas empresas nos parques industriais de Queirã, Vouzela e Campia tem feito crescer este número de forma considerável.

Existem, na Sede do Concelho, o Gabinete de Apoio às Empresas e ao Empreendedorismo (G.A.E.E.V.), o Gabinete de Inserção Profissional e uma Incubadora de Empresas.

2.5. AMBIENTE

A captação e distribuição de água pública, no concelho de Vouzela, são asseguradas pela Câmara Municipal de Vouzela. A taxa de cobertura da rede de água no município é de 91%. A recolha e tratamento dos efluentes domésticos no Concelho são assegurados, igualmente, pelo Município. A taxa de cobertura da rede de drenagem de esgotos domésticos é de 37 %.

O Programa Eco-Escolas, em parceria com o Município, é um bom exemplo no âmbito da educação ambiental.

Na localidade de Fornelo do Monte está instalada uma Estação de Monitorização de Qualidade do Ar do Centro, do tipo de influência de “fundo”. Esta Estação começou a funcionar a 23 de setembro de 2005. Os poluentes medidos em contínuo são: monóxido de azoto (NO), dióxido de azoto (NO₂), óxidos de azoto (NO_x), partículas <10 micra (PM₁₀), Benzeno (C₆H₆) e monóxido de carbono (CO).

O Instituto do Ambiente, em colaboração com as CCDR, disponibiliza diariamente na Internet a informação sobre a Qualidade do Ar nas Zonas e Aglomerações na forma de classificação qualitativa: Índice da Qualidade do Ar.

O Parque Natural Vouga Caramulo assenta em motivos de natureza conservacionista, histórica, patrimonial, turística e paisagística, para além da sua especificidade de localização numa área de transição entre o litoral e o interior, bem como a sua vocação enquanto espaço de recreio e lazer. Considera-se como base da estratégia de atuação do Parque Natural a fileira Ambiente – Cultura – Desenvolvimento Rural – Património – Turismo, sendo o aproveitamento adequado dos seus recursos fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem nos territórios de baixa densidade (zonas de montanha e zonas rurais).

2.6. EDUCAÇÃO

A maioria da população do concelho não possui mais do que o 1º ciclo do ensino básico como nível de escolaridade. Também bastante significativa é a percentagem de população que não possui qualquer nível de ensino (Census 2011).

Nota: Os dados referentes ao nível de escolaridade da população do concelho serão atualizados aquando da publicação dos resultados do próximo *Census (2021)*.

2.6.1. REDE ESCOLAR

A rede escolar do concelho é constituída por estabelecimentos de educação públicos e privados.

De acordo com a reorganização feita em 2013 pelo Ministério da Educação e Ciência, o concelho está dividido em dois agrupamentos: o Agrupamento de Escolas de Vouzela (educação pré-escolar, 1º e 2º ciclos do Ensino Básico (atualmente possui ensino articulado em parceria com a Jobra); e o Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia (educação pré-escolar, 1ª, 2ª e 3ª ciclos, ensino secundário e profissional).

A rede privada de educação é constituída por:

- Santa Casa da Misericórdia de Vouzela (creche e educação pré- escolar);
- Escola Profissional de Vouzela (cursos de nível II a IV);
- Centro Social de Cambra e Campia (creche).

A evolução total do número de alunos por ciclo nos anos letivos de 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 apresenta, em todos os ciclos, uma tendência de decréscimo acentuada.

2.7. CULTURA

Fruto do enorme legado cultural, o concelho de Vouzela possui um vasto conjunto de estruturas e projetos com o objetivo principal de revitalizar e divulgar as inúmeras tradições existentes no seu território. Museu, Biblioteca Municipal e Cineteatro João Ribeiro são os espaços privilegiados para a promoção da Cultura.

O Museu Municipal de Vouzela foi inaugurado no dia 31 de agosto de 1963, na Casa dos Távoras, albergou dezenas de peças doadas, muitas delas por Vouzelenses e outras por gente anónima.

O espólio do Museu foi aumentando e surge então a necessidade de se arranjam novas instalações. Em 1 de abril de 1976 o Museu de Vouzela é municipalizado, o que lhe confere um grau de importância que valoriza não só o património do município, como constitui também um grande atrativo turístico para a terra de S. Frei Gil.

Na década de oitenta são então iniciadas obras de restauro e adaptação deste antigo edifício, para que neste espaço sejam instalados o Museu, a Biblioteca e o Posto de Turismo.

No ano de 1995 a Biblioteca passa para o edifício dos Paços do Concelho. Mais tarde, já em 2004, foi a vez de o Posto de Turismo também adquirir um espaço próprio, ficando então o Museu em exclusivo nestas instalações da Praça Morais de Carvalho.

A Biblioteca Municipal iniciou a sua atividade em 1982, no edifício onde hoje tem sede o Museu Municipal. A 4 de janeiro de 1996 recebe nova casa, onde até então estavam instalados os Paços do Concelho. Foi inaugurada a 18 de abril de 1997, após protocolo estabelecido com a Fundação Calouste Gulbenkian.

É aqui, neste belo edifício do século XVII, que vive até hoje, contando com um espólio de mais de 10.000 documentos, distribuídos pelos diversos espaços e serviços de apoio à leitura, nomeadamente na Biblioteca Infanto-juvenil / Ludoteca. Existe ainda uma Galeria, a *Leituras (In)Esperadas*, no rés-do-chão da Biblioteca.

Inaugurado a 14 de maio de 1997, o Cineteatro João Ribeiro, em Vouzela, é um espaço dotado com as melhores condições para qualquer tipo de organização cultural e que proporciona aos seus visitantes grandes e inesquecíveis emoções. A capacidade é de cerca de 180 lugares.

A sede de concelho desempenha um papel importante na atividade cultural, sendo o polo preferencial da localização de alguns dos mais interessantes equipamentos deste género. Existem ainda espaços exteriores que desempenham um

papel importante, como a Alameda D. Duarte de Almeida e o anfiteatro ao ar livre, no Parque da Liberdade.

Fora da sede de concelho existe um interessante espaço, a Casa Cultural de Carvalhal de Vermilhas, que resultou da requalificação de uma antiga escola primária, e que reúne boas condições para espetáculos.

O movimento associativo constitui uma realidade da maior relevância na dinamização da vida cultural, desportiva, recreativa e, ainda, no apoio educativo e social às comunidades onde se insere, a milhares de associados que o integram e à população em geral, contando com vários espaços para o efeito.

2.8. DESPORTO

O Gabinete de Desporto do Município de Vouzela é responsável pela dinamização de vários projetos de cariz essencialmente desportivo e recreativo, mas também presta apoio na conceção e fiscalização dos espaços desportivos do concelho.

Este Gabinete desenvolve, em parceria com diversas entidades, os seguintes projetos: “As crianças marcam a diferença”, “O desporto não tem idade”, “Férias Desportivas e Culturais”, “Circuito Municipal de Escolas de Natação”, “Escola de Natação”, “Universidade Sénior”; particularmente com o AEV é coorganizador de “Há Bola na Escola” e Andebol4Kids, apoiando outras atividades da área.

2.9. TURISMO

O Posto de Turismo de Vouzela foi inaugurado a 5 de julho de 2004. Este equipamento abriu as portas, a título definitivo, numa das alas do antigo mercado municipal, na Avenida João de Melo, depois de ter estado alguns anos a funcionar em instalações “emprestadas” no edifício do Museu Municipal. O Posto de Turismo de Vouzela, atualmente, tem expostos produtos regionais, publicações da autarquia e publicações da região. Estão também expostos produtos de artesanato, uma vez que o Município de Vouzela, ciente da falta de um espaço próprio para os artesãos exporem os seus trabalhos, decidiu proporcionar-lhes um lugar no Posto de Turismo.

O concelho de Vouzela é rico em gastronomia. Desde os petiscos, como a chouriça, a morcela, e as azeitonas; à sopa seca característica de Alcofra; e ainda, naturalmente, a vitela de Lafões, um dos ex-libris gastronómicos do concelho. Os rojões de porco, o cabrito assado no forno, o cozido, as papas de milho ou o arroz de feijão com pataniscas de bacalhau são igualmente boas iguarias. Na doçaria, temos os pastéis de Vouzela, os folares e a tradicional doçaria de feira: os caladinhos, as raivas, os bolos de gema, os bolos de limão, as cavacas, os beijinhos e as passarinhas.

O artesanato, no linho, no vime e na lã, foi outrora uma forma de subsistência.

Os circuitos turísticos são um bom exemplo de como o passado ainda se sente hoje. Temos o Circuito da Penoita, o Circuito das Torres, o Circuito com História e o Circuito Vouzela Geotour.

Como mais-valia para o turismo, temos ainda o comboio turístico, que realiza circuitos turísticos, o Parque de Campismo e uma Feira de Artesanato que mostra o que de melhor se faz nesta área.

2.10. AÇÃO SOCIAL

Uma parte significativa da ação social é desenvolvida por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que são instituições “constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, com objetivos de apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços.” (Instituto Segurança Social, 2014). Estes objetivos concretizam-se na forma de respostas sociais, em equipamentos e serviços, bem como de parcerias em programas e projetos.

No âmbito da ação social, estas instituições podem desenvolver várias respostas sociais:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Neste concelho existem os seguintes projetos de âmbito social:

- **CPCJ** (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens);
- **CLAII** (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes);
- **GAE** (Gabinete de Apoio aos Emigrantes);
- **BLV** (Banco Local de Voluntariado);
- **GIP** (Gabinete de Inserção Profissional);
- **Universidade Sénior**;
- **BAT** (Banco de Ajudas Técnicas);
- **Programa Anima Sénior**.

3. CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Vouzela abrange a Educação Pré-Escolar, o 1º e o 2º CEB. A sua formação remonta ao ano letivo de 2001/2002, tendo sido a antiga EB2 a constituir-se como sede para acolher nas suas estruturas organizativas os outros ciclos de educação/ensino.

A sua sede situa-se no centro da Vila de Vouzela, na atual Escola Básica de Vouzela, que integra, para além do 2º CEB, o 1º CEB, a Educação Pré-Escolar e o Centro de Formação de Associação de Escolas Castro Daire/Lafões. O Agrupamento é ainda constituído pelos Centros Escolares de Queirã, S. Miguel do Mato e Ventosa, este último, atualmente, apenas com o 1º CEB; Escola do 1ºCEB e Jardim de Infância de Fataunços e Escola do 1º CEB de Paços de Vilharigues.

Desde 2010/2011, é Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce na Infância (IPI), cujos docentes desenvolvem a sua ação junto das crianças dos três concelhos de Lafões. Também é Agrupamento de referência na área da Ginástica desde o ano de 2005. A partir de 1/4/2010, passou a ser Sede do Centro de Formação (CFAECDL). Desde 2017, tem sedeadado, nas instalações do 1º ciclo de Vouzela, o ensino articulado, nas vertentes de Dança e Música, lecionado pelo Conservatório da JOBRA, fruto de um protocolo entre aquele e o Município, em articulação com os AE,s do Concelho.

3.1. POPULAÇÃO ESCOLAR/ ALUNOS

A população escolar, tendo em conta os três últimos anos (2017/2020), apresenta uma média de 86 crianças na Educação Pré-Escolar, de 183 alunos no 1º CEB e de 96 alunos no 2º CEB.

	2017/2018	2018/2019	2019/2020	Média
Pré-escolar	78	85	94	86
1ºCEB	180	185	185	183
2ºCEB	106	93	89	96

Quadro I – Alunos por ano letivo/ciclos

Alunos com escalão - 2019/2020

Pré-escolar – Escalão A - 16 crianças / Escalão B – 25

1º ciclo – Escalão A – 25 / Escalão B - 46

2º ciclo – Escalão A – 25 / Escalão B – 20

3.1.1. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS/INCLUSÃO

Tendo em vista responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos/crianças ao longo do seu percurso escolar, o AE, tendo por base o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho (republicado a 13 de setembro de 2019, pela Lei 116), mobiliza os seus recursos para responder às necessidades educativas dos discentes e potenciar a sua inclusão, com o objetivo de promover a equidade e a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo. Para o efeito, é constituída a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, de acordo com o art.º 12º daquele D.L., cujos elementos permanentes são: a adjunta da Diretora (grupo 110), a representante disciplinar do grupo 910, o psicólogo escolar e três membros do Conselho Pedagógico – Coordenadores dos departamentos do Pré-escolar, do 1º CEB e dos Diretores de Turma, sobre quem recaiu a designação de Coordenadora da EMAEI. Já os elementos variáveis são indicados de acordo com cada caso, pela Coordenadora da Equipa.

Para cumprimento das medidas plasmadas na legislação apontada, o AE usufrui, para além dos diversos elementos da comunidade escolar/educativa, de docentes de Educação Especial, de Coadjuvação, Técnicos Especializados do AE, do CRI (Centro de Recursos para a Inclusão - ASSOL), do Projeto “Sucesso Educativo+”, promovido pela CIM Viseu Dão Lafões e pelo Município, em articulação com os AE,s e, ainda, das docentes da Intervenção Precoce na Infância (intervenção junto das crianças elegíveis para a IPI, até aos 6 anos, em contexto escolar ou familiar).

CICLOS/ANOS LETIVOS	2017/2018 #	2018/2019 *	2019/2020 *
Pré-Escolar	0	22	12
1º CEB	10	50	43
2º CEB	7	21	26
TOTAL	17	93	81

Quadro II – Alunos com necessidades educativas

Dec.-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

*Alunos abrangidos por medidas educativas de acordo com o Dec-Lei n.º 54/2018, alterado pela Lei 116/2019, de 13 de setembro.

3.2. SUCESSO EDUCATIVO

No que se refere ao sucesso educativo, tem-se verificado uma tendência para aumentar, em consequência de algumas medidas aplicadas, tais como: Coadjuvação, Programas de Tutoria, PNPSE (Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar), Diretores de Grupo, Apoios e Grupos de Desenvolvimento Diferenciado, que continuam a ser uma medida aplicada aos alunos dos 5º e 6ºanos nas disciplinas de Português, Inglês e Matemática, determinada precisamente a tentar melhorar as aprendizagens dos alunos e, com isso, a aumentar os índices de sucesso.

O Agrupamento usufrui de um Contrato de Autonomia desde 2007/2008. Daí ter beneficiado, desde os anos letivos 2013/2014, de um psicólogo a meio tempo (a partir de 2016, este técnico especializado foi cedido pela DGAE, à semelhança das outras U.O.) Nos anos letivos 2014/2015 e 2015/2016 beneficiou, ainda, da contratação de terapeuta da fala e de educadora social, cada uma a meio tempo. A partir de então, desta Equipa Multidisciplinar, e à luz do Contrato de Autonomia, passaram a constar duas terapeutas da fala e uma educadora social, a meio tempo cada, para além do meio tempo do psicólogo (contratação autorizada pela DGAE).

Desde o ano letivo 2017/2018, o AEV protocolou com o Município de Vouzela e a JOBRA (Conservatório de Música e de Dança da Branca) os cursos de Ensino Artístico Articulado de Música e de Dança, a serem ministrados nas instalações do 1º ciclo da Escola-Sede.

3.3. RECURSOS HUMANOS

3.3.1. PESSOAL DOCENTE

O Agrupamento de Escolas de Vouzela apresenta um corpo docente estável, na sua esmagadora maioria pertencente aos quadros de escola e de zona pedagógica (Quadro III).

		2017/2018	2018/2019	2019/2020
Pré - escolar	QA	7	6	6
	QZP	2	4	4
	CT	1	0	0
1ºCEB	QA	18	16	14
	QZP	2	2	5
	CT	1	0	0
2ºCEB	QA	22	21	25
	QZP	3	3	1
	CT	5	5	2

Quadro III - Número de docentes por ciclo e situação profissional. Inclui 2 docentes da IPI

Este aspeto revela-se muito positivo pelo facto de favorecer a continuidade educativa e a estabilidade dos grupos de trabalho. Verificam-se, no entanto, algumas lacunas na formação dos docentes, concretamente ao nível das novas tecnologias.

3.3.2. PESSOAL TÉCNICO E TÉCNICO ESPECIALIZADO

Técnicos/docentes de Atividades de Enriquecimento Curricular

O Agrupamento de Escolas de Vouzela, a partir do ano letivo de 2013/2014, passou a ser o responsável pela gestão dos recursos docentes que ministram as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), considerando a disponibilidade de horário dos professores que constituem os grupos disciplinares envolvidos e, também, o recrutamento e gestão dos técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), para suprir as carências remanescentes.

	2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	Técnicos	Docentes	Técnicos	Docentes	Técnicos	Docentes
Expressão Plástica	1	4	0	3	0	3
Ensino da Música	2	1	1	1	2	1
At. Física e Desportiva	2	2	2	3	2	1

Quadro IV – Nº de Técnicos e Docentes das três áreas “permanentes” das AEC

Técnicos Especializados

O Agrupamento de Escolas de Vouzela dispõe de técnicos especializados nas áreas da psicologia, terapia da fala e educação social. Igualmente usufrui de técnicos disponibilizados pelo CRI/ASSOL e do Projeto “Sucesso Educativo+” (promovido pela CIM e Município em articulação com os AE,s).

	2017/2018	2018/2019	2019/2020
	AEV + CRI	AEV + CRI+ S+	AEV + CRI+ S+
Psicólogo	1 + 1(7h)	1+1(7h)+1(1dia)	1+1(7h)+1(1dia)
Terapeuta da Fala	2+1(3,5h)	2+1(3h)+0	2+1(3h)+1(1dia)
Educadora Social	1+0	1+0+0	1+0+0
Técnica Superior Educação	0+0	0+(1 dia)+0	0+1(1 dia)+0
Técnico Superior Educação Especial	0 + 1(1h)	0+0 + 1(1h)	0+0+1(1h)
Reabilitação Psicomotricidade			

Quadro V – Nº de Técnicos Especializados, **a meio tempo cada** – AEV;

- Nº de T.E. – CRI /ASSOL- **horas semanais** disponibilizadas por cada;

- Nº de T.E. “Sucesso Educativo+”-CIM e Município- **1 dia cada** /semana.

3.3.3. PESSOAL NÃO DOCENTE

No que se refere a pessoal não docente, ao nível da Educação Pré-Escolar é, na totalidade, colocado pela autarquia municipal.

Já no que diz respeito ao 1º CEB, verifica-se que o número de assistentes operacionais respeita o rácio por número de alunos – 1 A.O./EB1, exceto na Escola-Sede que, só no presente ano letivo, vai passar a usufruir de 2 A.O. tendo em conta o nº de alunos. Nos estabelecimentos em que não é ministrado o Pré-escolar, são colocados A.O. pelo Município a fim de apoiarem os alunos na hora de almoço e no prolongamento de horário com vista a proporcionar “a escola a tempo inteiro”.

Relativamente ao 2º CEB, o número de assistentes operacionais tem sido insuficiente, devido a aposentações, licença sem vencimento, mobilidade, períodos de ausência de alguns por falta de saúde, para além da idade de outros, o que tem condicionado o seu desempenho. Atualmente, e após o respetivo período concursal, contamos com 7 A.O. a tempo indeterminado (para além das contratações a tempo determinado/tempo parcial). Quanto aos Assistentes Técnicos, os 6, agora existentes, estão de acordo com o rácio previsto na legislação (+ 1 por ser Sede do CFAECDL), apesar de, também neste setor, se verificarem 2 em licença sem vencimento.

No que se refere a formação, apesar de terem usufruído de várias ações no âmbito do Centro de Formação de Castro Daire Lafões e outras facultadas pelo Município, pelo Agrupamento, pelo Centro de Saúde e várias outras entidades, os A.O. apresentam ainda algumas lacunas, nomeadamente no acompanhamento dos alunos, apoio a crianças com NE, área de Informática e relações interpessoais, notando-se dificuldade em colocarem na prática os conteúdos abordados nas diferentes ações. Nos A.T. também se detetam falhas em determinadas áreas funcionais, nomeadamente originadas pelas constantes mudanças legislativas e alterações nas plataformas informáticas, sem serem acompanhadas por ações de atualização.

3.4. RECURSOS FÍSICOS

Relativamente aos recursos físicos na Educação Pré-Escolar, o Agrupamento possui três edifícios construídos de raiz (Moçâmedes - S. Miguel do Mato, Ventosa, Queirã) e Vouzela – adaptado e ampliado; o de Fataunços funciona numa sala do edifício do 1º CEB e é o único em que a sala de atividades de apoio à família não apresenta condições satisfatórias.

Os estabelecimentos de educação/ensino encontram-se equipados com refeitório. O Jardim de Infância de Vouzela usufrui, tal como as Escolas dos 1º e 2º CEB, dos serviços do refeitório da Sede do Agrupamento.

Os recursos físicos do 1º CEB têm sido alvo de melhoria, podendo, atualmente, considerar-se bons. No entanto, constata-se a ausência de espaço adequado para a prática da atividade física e equipamento informático operacional.

A Escola Sede, edificada em 1962 para ali funcionar o Externato de S. Frei Gil, passando para escola oficial em 1970, tem sido alvo de obras de melhoramento. Atualmente, usufrui de dois novos blocos. Um deles é composto por auditório e salas de aula, de entre as quais algumas específicas - Ciências Naturais, Educação Visual, Educação Tecnológica e Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), Auditório, Sede do Centro de Formação Castro Daire/ Lafões, devidamente equipadas; o outro destina-se à cozinha e ao refeitório.

O auditório, com cerca de 80 lugares, constitui um bom recurso de apoio a atividades como ações de formação, reuniões gerais, projeção de filmes e outros trabalhos em suporte informático, o qual, conjuntamente com a sala de TIC, é frequentemente solicitado pela comunidade envolvente e por diferentes instituições.

O edifício antigo foi alvo de obras de melhoramento e arranjo estético exterior, assim como no ginásio e na biblioteca, tornando estes últimos espaços mais adequados às necessidades atuais, embora exíguos!

3.5. RECURSOS MATERIAIS

No que se refere a recursos materiais, os estabelecimentos de Educação Pré-escolar encontram-se equipados com mobiliário, materiais pedagógicos e audiovisuais em quantidade e qualidade razoáveis, o que não invalida uma manutenção e aquisição constantes, devido ao desgaste e necessidade de renovação, sobretudo pelo elevado número de horas que as crianças passam na instituição. O material informático ainda escasseia, pois a maioria das salas está equipada com um único computador/sala ligado à *Internet*.

No 1º CEB, os recursos materiais são ainda escassos, apesar de algum esforço nos últimos anos para inverter esta situação. A implementação das AEC permite que os alunos possam usufruir de outras atividades que contribuem para o seu desenvolvimento integral – Expressão Plástica, Educação Física, Educação Musical, Iniciação ao Inglês, Oficinas/Clubes vários, entre outros.

No que respeita a equipamento informático, na maioria das escolas existe apenas um computador por sala, o que condiciona um trabalho sustentado de investigação desenvolvido na sala de aula.

A EB do 2º ciclo encontra-se em fase de instalação de novos recursos materiais essenciais para o funcionamento de cada sala específica, setor ou departamento educativo. Verifica-se, no entanto, a necessidade de continuação de investimento em equipamento informático, ativação da videovigilância e iluminação exterior adequada, bem como aquisição de livros para enriquecer o espólio das bibliotecas, designadamente literatura infanto-juvenil.

4. PRINCÍPIOS E VALORES

Numa sociedade em profunda e acelerada mutação política, social e tecnológica, a educação e a formação adquirem uma importância fundamental. É à escola e aos seus agentes, enquanto pilares basilares de desenvolvimento humano e social, que se pede que mobilizem novos saberes, que providenciem um ensino transversal para a vida, centrado na ação, integrado multidisciplinarmente, contextualizado, autoconstruído e que recriem novos contextos de forma a capacitar os alunos de competências transversais, num percurso que não se esgota na escola, mas que se prolonga ao longo da vida.

Para que o sucesso, a mudança e a qualidade no meio escolar se concretizem é necessário envolver todos os intervenientes no processo educativo, comprometendo-os, vinculando-os a um objetivo comum, reconhecendo-os como atores responsáveis pela sua implementação.

A instituição escola implica uma cultura e identidade únicas que só se atingem se olharmos o Projeto Educativo de Agrupamento como uma determinação coletiva, no sentido de promover junto dos nossos alunos um conjunto de normas, princípios e valores, com o objetivo de ajudar a pessoa *a ser, a ser com, a ser para e a ser mais*, a construir a sua identidade, desenvolvendo a sua vida de uma forma consciente e responsável, a conviver e a respeitar as diferenças na inter-relação e a ter uma implicação crítica, democrática e empenhada na sociedade.

Consideram-se valores essenciais a promover os que se relacionam diretamente com a vida escolar, bem como os que ultrapassam as fronteiras da escola. Assim, destacam-se:

- cidadania ativa numa vivência participativa, democrática e responsável perante os outros e o mundo;
- consciência ecológica e ambiental;
- cooperação, colaboração e autonomia;
- diversidade étnica, cultural, política e religiosa que implica respeito e equidade;
- ética;
- igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.
- Iniciativa, flexibilidade e inovação;
- lealdade e transparência;
- mérito e excelência;
- pluralismo de opiniões, diálogo, tolerância, espírito crítico e criativo;
- responsabilidade, solidariedade e compromisso;
- rigor, esforço e exigência como meios para alcançar o sucesso;
- valores locais, nacionais e universais.

5. DIAGNÓSTICO

5.1. PONTOS FRACOS

- assimetrias de caráter socioeconómico e cultural das famílias;
- escolaridade reduzida de grande parte das famílias;
- pouca disponibilidade das famílias para participarem na dinâmica da Escola e do Agrupamento de Escolas;
- dificuldades dos alunos na língua materna, possuindo, na sua maioria, um código reduzido;
- poucos hábitos de estudo e de trabalho;
- falta de espaços adequados para recreios de Inverno e para o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular;
- falta de acompanhamento de alguns alunos por parte das famílias;
- pouca participação nas ações do plano de formação para pais/encarregados de educação;
- baixo nível/ausência de conhecimento na utilização das novas tecnologias de informação e comunicação:

5.2. PONTOS FORTES

- localização geográfica privilegiada com bons acessos viários;
- bom enquadramento paisagístico e ambiental, forte preocupação política e educativa na preservação do ambiente, com bom potencial de desenvolvimento sustentável;
- dinâmicas/projetos de interiorização de regras educativas, conducentes a estilos de vida saudáveis;
- apesar da pouca participação das famílias, a escola parece inspirar um elevado grau de confiança;
- elevado intercâmbio comunitário através de parcerias (Município e Freguesias, Centro de Saúde de Vouzela, GNR- Escola Segura, Montis, Mata Sustentável, ADDA, AEL, ASSOL, Notícias de Vouzela, Rádio Vouzela, CFAECDL, Associação de Pais e Encarregados de Educação, entre outras de âmbito mais alargado, tais como Universidades e Institutos de Ensino Superior);
- percurso de melhoria implementado pela Escola a partir do processo de avaliação externa, naqueles que foram os pontos fracos apontados;
- Contrato de Desenvolvimento para a Autonomia;
- implementação / desenvolvimento de práticas de avaliação interna;
- estabilidade do corpo docente e grande dinamismo na participação e implementação de projetos;
- maior responsabilização e cooperação por parte dos docentes na procura/implementação de estratégias de melhoria;

- escola que cultiva os afetos, alicerces das aprendizagens e desenvolvimento pessoal e social, como forma de motivar os alunos e despersuadir o abandono escolar;
- grupos de desenvolvimento diferenciado.
- implementação do Programa de Promoção de Atividades Experimentais nos 1º e 2º CEB, a serem desenvolvidas em sala de aula pelo professor titular de turma.
- busca de parcerias com diversas entidades - Município, CIM, Centro de Saúde, Centro de Formação, Ensino Superior/outras - para concretizar programas de formação para Pais/Encarregados de Educação, para além das dirigidas aos Alunos, Docentes e Não Docentes.

Assistimos, nos últimos anos, a uma reconhecida recuperação no setor industrial, assente na criação de novas empresas, geradoras de um assinalável número de postos de trabalho, no entanto a fixação das populações esbarra na oferta insuficiente de habitação para as famílias.

Já no setor comercial, continua a verificar-se alguma debilidade, fruto do caráter familiar dos estabelecimentos comerciais e da sua dimensão, o que não lhes permite serem competitivos.

Evidentemente que a escola não pode esperar financiamentos fortes e investimentos avultados, tendo em conta o meio socioeconómico envolvente. No entanto, é notória a qualidade de vida de que ainda se pode usufruir: o reduzido nível de violência, a segurança, a existência de serviços básicos, o enquadramento histórico-cultural e paisagístico.

A escola, fortemente envolvida com a comunidade, participa na formação dos seus cidadãos, não só da população infantil e juvenil que a frequenta, como também da população adulta que, direta ou indiretamente, a procura numa tentativa de alargar os seus horizontes, de encontrar ferramentas que lhe permita explorar as possibilidades de um meio socioeconómico cada vez mais exigente.

6. PROJETO

6.1. GRANDE OBJETIVO

Manter/consolidar o Agrupamento enquanto comunidade de aprendizagens, pautada por padrões de excelência, que consubstanciem os princípios e valores anunciados e respondam às necessidades detetadas, por forma a prover respostas educativas diferenciadas que valorizem e promovam as dimensões humanista, científica, artística, desportiva, tecnológica, a educação para os valores, para a cidadania, para as questões ambientais, de saúde e bem-estar...

6.2. OBJETIVOS GERAIS / FINALIDADES

- Promover e garantir a inclusão de todos os alunos na comunidade educativa, garantindo a todos a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social (de acordo com o prescrito nos normativos em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).
- Promover o desenvolvimento global e o crescimento harmonioso das crianças/dos alunos, com respeito pelas suas características, manifestações e necessidades de cada estágio do seu desenvolvimento, no sentido de otimizar as suas possibilidades de crescimento e evolução.
- Dotar as crianças/os alunos de conhecimento efetivo, apetrechando-os *para a construção de uma sociedade mais justa e para agirem sobre o mundo enquanto bem a preservar* (Perfil do Aluno...).
- Promover o desenvolvimento de competências - mobilizadoras de conhecimentos, capacidades e atitudes – que visem a formação de cidadãos educados e socialmente integrados, dotados de iniciativa, curiosidade, capacidade de adaptação e ousadia (saber moldar-se a novos contextos e estruturas e ser capaz de atualizar conhecimentos ao longo da vida), de criatividade, de pensamento crítico e criativo; cidadãos autónomos, participativos, empenhados, preocupados com o Outro e atentos às grandes questões da sustentabilidade do planeta (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho; Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho).
- Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa, garantindo uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.
- Valorizar e incentivar o esforço, o empenho, a perseverança e a capacidade de trabalho, no sentido do reforço da autoestima, da confiança e da realização pessoal.
- Fomentar nas relações entre os alunos e entre estes e os restantes elementos da comunidade escolar a prática de valores de convivência cívica, de respeito pelo outro e pela diferença, de tolerância e de diálogo.
- Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes das leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina.
- Promover uma cultura escolar responsável e uma cultura profissional partilhada.
- Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação.
- Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.
- Manter/estreitar a abertura à comunidade no sentido da partilha de ideias, conhecimentos, experiências e concretização de vivências que contribuam para o alcançar dos objetivos comuns e o potenciar do sentimento de pertença e do compromisso com os outros e com o meio.

- Manter/aperfeiçoar a cultura de autoavaliação do Agrupamento no sentido de identificar pontos fortes e fragilidades, com vista à definição / reformulação de políticas e estratégias que contribuam para a melhoria do serviço educativo prestado.

6.3. ESTRATÉGIAS

- Promover a Língua Portuguesa enquanto modo de comunicação privilegiado e instrumento de aprendizagem importante, procedendo à sua utilização com correção e fluência nos diversos modos de comunicação.
- Valorizar a diversidade linguística dos alunos e da comunidade, enquanto expressão da identidade individual e coletiva.
- Promover a qualidade do sucesso em todas as disciplinas/áreas disciplinares, com o aprofundamento de saberes científicos, literários, linguísticos, experimentais, tecnológicos, artísticos e cívicos.
- Fomentar e desenvolver o interesse pela leitura e pela escrita, associado ao prazer da comunicação, da descoberta e da atividade criadora.
- Melhorar a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e às Aprendizagens Essenciais.
- Proporcionar a todos os alunos medidas/atividades de apoio adequadas às necessidades individuais diagnosticadas.
- Fomentar a qualidade e inovação nas práticas pedagógicas.
- Implementar o desenvolvimento de metodologias ativas e inovadoras que apelem à participação dos alunos na construção das suas aprendizagens.
- Garantir a utilização das tecnologias da informação e da comunicação como instrumentos de pesquisa e de trabalho ordinários, desenvolvendo o espírito crítico na utilização das mesmas.
- Promover trabalho colaborativo, por grupo disciplinar, por conselho de turma ou por conselho de docentes.
- Incentivar o interesse pela descoberta e pela investigação nos diversos campos do saber, com recurso a práticas laboratoriais e à experimentação.
- Implementar a avaliação das aprendizagens como parte integrante da gestão do currículo e instrumento ao serviço do ensino e das aprendizagens, utilizando instrumentos e técnicas de avaliação diversificados (Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto).
- Promover o envolvimento dos pais/encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos.
- Organizar ações no âmbito da educação para a cidadania, que envolvam os alunos, os encarregados de educação e outros elementos da comunidade educativa.

E ainda...

- Implementação do Contrato de Desenvolvimento para a Autonomia.
- Articulação entre os diversos ciclos de educação/ensino.
- Atividades curriculares específicas dirigidas aos alunos cuja língua materna não é o Português.
- Grupos de Desenvolvimento Diferenciado.
- Sala de Estudo.
- Coadjuvação.
- Programa Nacional para Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE).
- Implementação Sistemática de Atividades Práticas nas Ciências Experimentais.
- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI);
- Equipa Multidisciplinar (Técnicos Especializados).
- Plano Anual/Plurianual de Atividades.
- Diversos projetos: Eco-Escolas, Plano Nacional de Leitura (PNL), Plano Nacional de Cinema (PNC), Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Plano de Educação para a Saúde e Educação Sexual (PESES), Plano Nacional das Artes (PNA).
- Desporto Escolar, com diferentes modalidades e diversos clubes, em função dos recursos humanos e materiais existentes, bem como dos interesses dos alunos.
- Atividades desenvolvidas pela Biblioteca Escolar (integrada na Rede de Bibliotecas Escolares desde 1998).
- Atribuição de Prémios de Mérito nos finais de Ciclo.
- Reforço da ligação às famílias através do Educador/Professor Titular de Turma/Diretor de Turma/Diretor de Grupo/Professor Tutor, por via de ações de formação e promoção de atividades em parceria.
- Escola em Férias.
- Eco-Escolas (parceria com o Município, Empresa local e outros agentes).
- Parcerias com o Município através dos projetos “As Crianças Marcam a Diferença”, “Pequenos em Grande” e “Férias Desportivas”.
- Plano de Formação do Agrupamento (Pessoal Docente e Não Docente).
- Escola com Pais.

6.4. METAS

- Manter a taxa zero de abandono escolar.
- Assegurar uma taxa de sucesso escolar não inferior a 90% em todos os anos de escolaridade.
- Assegurar uma taxa de 85% de sucesso escolar de qualidade (sem qualquer classificação negativa).
- Assegurar uma taxa de transição/aprovação mínima de 90% dos alunos matriculados em cada ano de escolaridade.

- Promover a frequência da Educação Pré-Escolar a todas as crianças com idade superior a três anos.
- Garantir a participação no âmbito de Projetos, Clubes e Atividades de Enriquecimento Curricular, valorizando o empenhamento e a qualidade da participação.

Nota: As metas definidas podem ser alteradas e /ou melhoradas por influência de projetos de dimensão considerável (exs.: Contrato de Autonomia e Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar) que contribuam para a majoração das condições de prestação do Serviço Público de Educação.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, implicando princípios e procedimentos adequados à sua especificidade, devendo assumir uma dimensão marcadamente formativa, um processo contínuo e sistemático...com vista à “promoção da melhoria, da eficiência e eficácia, da responsabilização e prestação de contas, da participação e da exigência, e de uma informação qualificada de apoio à tomada de decisão” (página web DGE).

7.1. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

- O novo regime de avaliação e certificação das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos do Ensino Básico, assente no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e regulamentado pela Portaria nº 223-A/2018, de 3 de agosto, apresenta também medidas de promoção do sucesso educativo e, por essa via, igualdade de oportunidades, pelo que urge desenvolver nos alunos competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos... Perante tais desafios, foi aprovado o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, que estabelece a matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo. Concomitantemente, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, reforça a aposta na escola inclusiva, promotora de melhores aprendizagens para todos os alunos, escola com mais autonomia para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos e às necessidades individuais dos alunos.

Quanto à avaliação externa, ela é definida a nível nacional e destina-se a aferir o grau de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

- Desp. Normativo nº 1-F/2016, de 5 de abril, ainda a vigorar para os 3º e 4º anos.

7.2. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PESSOAL DOCENTE

Avaliação regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, de acordo com os princípios instituídos no Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, que procede à 11.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Visa “simplificar o processo e promover um regime exigente, rigoroso, onde se valorize a atividade letiva e se criem condições para que as escolas e os docentes recentrem o essencial da sua atividade: o ensino e a aprendizagem”.

Visa a melhoria da qualidade do serviço educativo e da aprendizagem dos alunos, bem como a valorização e o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes (art.º 3.º, n.º1). Concretiza-se no final de cada ciclo avaliativo, que coincide com o período correspondente aos escalões da carreira, e anualmente, para os contratados.

7.3. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PESSOAL NÃO DOCENTE

Assente na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), de caráter bienal, a avaliação do pessoal não docente “visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências “ (art.º 1.º).

7.4. AUTOAVALIAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino Não Superior, de acordo com a Lei 31/2002, de 20 de dezembro, estrutura-se com base na autoavaliação a realizar no Agrupamento e na avaliação externa. A autoavaliação deverá ter em linha de conta o grau de concretização do Projeto Educativo, o nível de execução das atividades, o desempenho dos órgãos de administração e gestão das escolas, o sucesso escolar, a prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa...(art.º 6.º). Assim, é prática de há vários anos neste AE, desenvolverem-se, anualmente, com base na CAF Educação (Estrutura Comum de Avaliação), as diferentes etapas com vista a delinear estratégias, motivar a comunidade educativa, organizar ações de melhoria e estabelecer metas para alcançar o Sucesso Educativo, sob a responsabilidade da Equipa de Autoavaliação do Agrupamento.

No que concerne à avaliação externa do Agrupamento, esta é gerida pelo IGEC, com o objetivo de “melhorar o ensino e a aprendizagem dos alunos e procura incentivar práticas de autoavaliação, promover uma ética profissional marcada pela responsabilidade, fomentar a participação social na vida da escola e oferecer um melhor conhecimento público do trabalho das escolas” (página Web da IGEC).

8. DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Compete ao **Conselho Pedagógico** propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como das aprendizagens dos alunos, credíveis e orientados para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens (Artº 33º, do D.- L. nº 137/2012 de 2 de julho).

Compete ao **Conselho Geral** acompanhar e avaliar a execução do Projeto através das metodologias que entender pertinentes (Artº 13º do D.-L. atrás referido).

A **Equipa de Avaliação Interna** operacionaliza as orientações daqueles órgãos com o fim de acompanhar e avaliar a implementação das estratégias previstas no P. E. e verificar se estão a ser alcançados os resultados pretendidos.

8.2. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Será divulgado através:

- dos Órgãos do Agrupamento (Conselho Geral, Direção e Conselho Pedagógico, Departamentos e Conselho de Diretores de Turma, Associação de Pais e Encarregados de Educação...);
- da página eletrónica do AEV – www.aevouzela.net;
- da disponibilização do documento na Sala de Professores e na Direção.

8.3. ENTRADA EM VIGOR

O Projeto Educativo entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação em Conselho Geral.

8.4. REVISÃO DO PROJETO

O Projeto Educativo será alterado sempre que se justifique.

9. ANEXOS

- **Organograma** – estrutura organizacional do AEV;
- **Matriz Curricular** (1º e 2º ciclos).

Parecer favorável do Conselho Pedagógico, na reunião ordinária de 27/11/2019

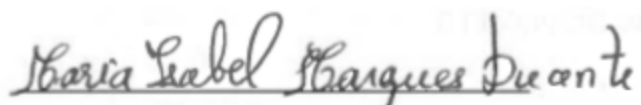
A Presidente do Conselho Pedagógico



(Maria Raquel Marques Ferreira)

Aprovado pelo Conselho Geral, na reunião ordinária de 09/12/2019

A Presidente do Conselho Geral



(Maria Isabel Marques Duarte)